

CARTA DE LEIPZIG E CULTURA ARQUITECTÓNICA

Fernando Gonçalves

No dia 24 de Maio, na cidade alemã de Leipzig, os Estados membros da União Europeia, representados pelos ministros responsáveis pelas políticas de desenvolvimento urbano, comprometeram-se a respeitar um conjunto de princípios destinados a incentivar a construção de cidades sustentáveis, de entre os quais se destaca a promoção da cultura arquitectónica.

Com a Carta de Leipzig sobre as Cidades Europeias Sustentáveis inaugura-se uma nova política comunitária, apostada no “renascimento das cidades” (*Renaissance der Städte*). A sua oportunidade é facilmente compreensível se pensarmos que, no actual quadro de competição global, a sobrevivência das economias nacionais depende do dinamismo das suas cidades.

A perda de competitividade das cidades europeias imprime um certo dramatismo ao presente momento e isso mesmo é legível na radicalidade da Carta de Leipzig. Do texto explicativo distribuído aos órgãos de comunicação social, afirma-se que a nova política visa combater um desenvolvimento urbano monofuncional e monótono, propõe-se questionar a ideia de que as cidades pertencem aos políticos e aos investidores, deseja pôr termo à ditadura dos interesses sectoriais e defende a integração social e cultural das áreas urbanas deprimidas. Em suma, a Carta repete, à exaustão, a ideia de que as cidades europeias necessitam de políticas integradas de desenvolvimento urbano.

Baukultur = cultura arquitectónica

A integração de interesses sectoriais é um assunto que se vem arrastando pelas agendas políticas, o que indicia ser objectivo dificilmente alcançável. Na tentativa de contrariar o marasmo, a Carta propõe-se agitar os ânimos, transportando, para o âmbito europeu, um neologismo cunhado na Alemanha: a noção de *Baukultur*, literalmente traduzível por “cultura da construção”.

Não é este o local adequado para aprofundar o significado de *Baukultur*. Por agora basta resumir as explicações dadas no site do Ministério Federal dos Transportes, da Construção e do Desenvolvimento Urbano (BMVBS, *Bundesministeriums für Verkehr, Bau und Stadtentwicklung*):

- A cultura da construção nasce todos os dias, no seio das cidades e das comunidades locais. Dela resultam os traços que identificam o “rosto” de uma nação. Daí a necessidade de despertar a atenção para uma entidade que faz parte do nossos hábitos, assegurando que ela figure entre as preocupações de ordem social.

- A cultura da construção retrata o modo como a sociedade se relaciona com o ambiente construído e abarca a arquitectura, a engenharia civil, o urbanismo, a arquitectura paisagista e a protecção do património arquitectónico.
- No caso da Alemanha, e entre outras medidas, a acção do Estado Federal em prol da cultura da construção traduziu-se na Iniciativa Arquitectura (*Initiative Architektur und Baukultur*), na maior qualidade arquitectónica exigida aos edifícios federais e na criação da Fundação Federal para a Cultura da Construção (*Bundesstiftung Baukultur*).

Das anteriores linhas retira-se a ideia de que a qualidade arquitectónica e urbanística do ambiente construído constitui uma componente essencial da noção de *Baukultur* e que esta, por sua vez, é um dos eixos estruturantes das políticas integradas de desenvolvimento urbano.

O futuro dirá se a “cultura da construção” veio para ficar. A este propósito retenha-se apenas que aquela expressão não soa muito bem aos ouvidos latinos. Prova disso é o facto de as versões francesas dos documentos que gravitam em torno da Carta de Leipzig traduzirem *Baukultur* por *culture architecturale*.

A cidade tem de ser bela

Die Stadt muss schön sein... A cidade tem de ser bela, diz a folha informativa que acompanha a Carta de Leipzig... Se não é bela, não é amável. E quem não é amável perde capacidade de atracção, o que, no caso de uma cidade, equivale a perder competitividade.

Nem sempre tem sido fácil o convívio entre a arquitectura e o imperativo da beleza. Longe vão os anos em que, à sombra dos ideais generosos de um Schiller, acreditávamos que a educação do gosto pela beleza era meio caminho andado em direcção à cidade democrática. Essa convicção jaz hoje sob os escombros dos Estados totalitários do século passado, aqueles que fizeram da estética urbana o veículo de propaganda do seu poder despótico. Também os totalitarismos passaram, mas será que hoje a liberdade criadora retomou o seu merecido lugar? Nas cidades que hoje se reproduzem um pouco por toda a parte, a beleza não é apenas a antecâmara que dá acesso ao prazer do consumo?

Não vou responder a esta interrogação. Apenas pretendo sublinhar que, numa democracia, quando se encara a beleza arquitectónica como elemento estruturante da sociedade, nasce a obrigação de construir uma política pública de arquitectura. É precisamente isso que sucedeu na chamada Europa dos Quinze, onde de há dez anos a esta parte o FEPA, Forum Europeu das Políticas de Arquitectura, tem animado o debate sobre o papel a desempenhar pelos diversos actores sociais na promoção da qualidade arquitectónica dos espaços urbanos e rurais. Esse trabalho é hoje reconhecido na Carta de Leipzig. À Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia cabe assegurar a continuidade dessa linha de acção. ■



Legenda da foto:

Reunião informal dos ministros responsáveis pelo desenvolvimento urbano e pela coesão territorial.
Na primeira fila, segundo a contar da esquerda, o ministro Francisco Nunes Correia.